

DESMATAMENTO FINANCIADO: QUEBRADEIRAS DE COCO NA MIRA DO AGRONEGÓCIO GLOBAL



FUND OUR
FUTURE

act:onaid





DESMATAMENTO FINANCIADO: QUEBRADEIRAS DE COCO NA MIRA DO AGRONEGÓCIO GLOBAL

Crédito: Ruy Sposati / ActionAid

Enquanto o planeta enfrenta uma crise climática de proporções dramáticas e que acentua desigualdades globais, o agronegócio no Brasil avança sobre áreas do Cerrado ainda não dominadas por esse modo de produção voltado à monocultura de commodities agrícolas destinadas à exportação. Considerado a savana mais biodiversa do mundo, crucial para a regulação do clima e para a preservação dos grandes aquíferos, o Cerrado tem sido o bioma mais desmatado do país. Esse avanço sem precedentes do agronegócio, que nas duas últimas décadas se tornou um atrativo investimento para o capital financeiro e megacorporações internacionais, tem ocorrido às custas dos povos e comunidades tradicionais que vivem na região denominada MATOPIBA — que engloba partes do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia —, onde parte dessas comunidades desenvolve práticas de agroecologia, respeitando o meio ambiente e utilizando saberes tradicionais no manejo dos recursos naturais. Relatórios recentes apontam o aumento de relatos de expulsão de pessoas de suas terras, ameaças a líderes rurais, pulverização aérea de pesticidas que contaminam plantios de subsistência e cursos d'água, além de sistemáticas violações de direitos humanos na região (CPT, 2024; RAMA, 2024). Entre as comunidades sob maior risco, estão as quebraqueiras de coco babaçu do Maranhão.

Nos últimos 20 anos, a fronteira agrícola tem se deslocado em direção ao oeste e à leste desse estado, ocupando territórios da Região Ecológica do Babaçu. Zona de transição entre o Cerrado e a Amazônia, essa região, que se estende por 28 milhões de hectares em outras três unidades da Federação, além do Maranhão, forma ecossistemas únicos, com notável diversidade biológica. Lá é encontrada a palmeira do babaçu, de vital importância social e econômica para uma variedade de povos e comunidades tradicionais que dependem do extrativismo, como as mulheres quebraqueiras de coco babaçu. Suas atividades de coleta e quebra do fruto remontam a um conhecimento secular, que se encontra ameaçado. A questão de gênero é central: a extração, tradicionalmente desempenhada por mulheres, é essencial não apenas à subsistência, mas também para a cultura e a identidade desse grupo, e representa a conquista de sua emancipação econômica, obtida em lutas históricas a partir dos anos 1990.

É nesse contexto que a campanha Fund our Future, da ActionAid, se apresenta, reivindicando o desfinanciamento de setores que colaboram, aprofundam e ampliam a crise climática em todo o globo e destroem povos e comunidades tradicionais. No relatório completo **Desmatamento financiado: Quebraqueiras de Coco na Mira do Agronegócio Global¹** ([disponível aqui](#)), analisamos esse novo ciclo

¹ O relatório **Desmatamento financiado: Quebraqueiras de Coco na Mira do Agronegócio Global** é de autoria da consultora Carla Morsch Porto Gomes e do coordenador de justiça climática da ActionAid, Orlando Aleixo Junior. Ambos são pesquisadores do GEMAP/CPDA/UFRRJ.



Crédito: Joana Moncau / ActionAid

do modelo agrário-exportador, que se intensifica no MATOPIBA a partir dos anos 2000, e as violações de direitos das quebradeiras em duas comunidades do Maranhão, exemplos da territorialização e do impacto desses investimentos internacionais na vida de povos tradicionais do Cerrado. Essas duas comunidades maranhenses são a de Alegria, em Timbiras, e a que se organiza em torno da Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas do Lago do Junco (COPPALJ), a primeira cooperativa das quebradeiras de coco, criada em 1991, responsável por conquistas como a certificação orgânica do óleo do babaçu, que conectou a produção ao mercado nacional e internacional e elevou seu preço.

Exemplo emblemático da luta das mulheres por justiça ambiental, social e econômica, o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), fundado em 1991, reúne quebradeiras dos estados do Maranhão, Pará, Tocantins e Piauí que estão na linha de frente da defesa dos territórios e da preservação das florestas dos babaçuais. Ao lado de comunidades como as de Alegria e do Lago do Junco, o MIQCB enfrenta os impactos desproporcionais das mudanças climáticas e do avanço do agronegócio, sendo voz ativa na reivindicação de políticas públicas, como a Lei do Babaçu Livre², que garante acesso livre aos babaçuais em terras públicas e privadas; na conquista de mercados para a compra justa dos subprodutos do babaçu beneficiados pelas mulheres cooperativadas; e na denúncia dos impactos ambientais e sociais gerados pela expansão agrícola desordenada.

Para que se possa compreender o impacto da expansão do agronegócio no Brasil, o relatório analisa as dinâmicas de deslocamento das fronteiras agrícolas no país. A implantação desse modelo voltado à exportação de soja no Cerrado se deu a partir dos anos 1970, com o incentivo à migração de produtores sulistas para a região e o apoio ativo do Estado brasileiro, com crédito subsidiado, baixa regulamentação fundiária e documentação precária. Foi assim que a grilagem de terras se tornou o modus operandi da ocupação do Cerrado, com a ilegalidade e a violência como pano de fundo desse processo. O cultivo em larga escala da soja teve enorme impulso nos anos 1980, e essa primeira fase se estende até a década de 1990. Na virada do milênio, se dá o avanço mais consistente e massivo do desmatamento no MATOPIBA, que se agrava consideravelmente a partir de 2010. Em 2023, o índice de desmatamento acumulado é impressionante – cerca de 47% de toda a perda de vegetação do país ocorreu na região, que representou

² Atualmente, existem três leis estaduais do Babaçu Livre: no Piauí (Lei nº 7.888/2022), no Tocantins (Lei nº 9.159/2008) e no Maranhão, onde a legislação se aplica apenas a terras públicas. Além disso, 18 municípios adotaram leis municipais que garantem o livre acesso aos babaçuais e a proteção das quebradeiras de coco. Essas legislações estão distribuídas em quatro municípios do Tocantins (Buriti do Tocantins, Aixá do Tocantins, Praia Norte e São Miguel do Tocantins), dois no Pará (São Domingos do Araguaia e Palestina do Pará) e 12 no Maranhão (Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, Esperantinópolis, São Luís Gonzaga, Lima Campos, Imperatriz, Pedreiras, São José dos Basílios, Cidelândia, Amarante do Maranhão, Vila Nova dos Martírios e São Pedro da Água Branca). Essas leis visam assegurar o livre acesso das comunidades agroextrativistas aos babaçuais, a proibição da derrubada e queimada das palmeiras, o uso de agrotóxicos e o corte do cacho do coco inteiro, além de promover a regularização fundiária e o monitoramento da efetivação dessas normas. Elas se fundamentam no artigo 6º da Constituição Federal, que reconhece o trabalho como direito social, e representam uma conquista significativa para a proteção dos modos de vida tradicionais e do meio ambiente (MIQCB, 2024).



Crédito: Ruy Sposati / ActionAid

74% de toda a cobertura vegetal do Cerrado – evidenciando que a área se tornou a “nova fronteira” do agronegócio em sua busca incessante por terras mais baratas para ampliar a escala de produção, essencial à manutenção da competitividade no mercado internacional de commodities agrícolas. Nesse bioma, além do menor preço das terras, há grandes áreas planas, que facilitam a mecanização das lavouras, com abundância de água subterrânea, que garante a irrigação (MAPBIOMAS, 2023; 2024; ALVES E KLUCK, 2024; GOMES, LEITE, 2024).

Essa fase que se inicia nos anos 2000 ganha forte impulso com o crescente fluxo de capital estrangeiro para a região, em razão do boom das commodities, particularmente as agrícolas (soja, milho e algodão), e à corrida por terras, biocombustíveis, madeiras e minérios. O MATOPIBA expressa a construção política, pelo Estado brasileiro, para classificar os espaços de acordo com relações de poder e interesses econômicos específicos: definem-se critérios para o uso da terra, quem será beneficiado pelas estratégias e políticas públicas voltadas ao “desenvolvimento regional” e marginalizam-se comunidades locais, povos tradicionais e pequenos agricultores. Na região, 1,7 milhão de hectares estão nas mãos de empresas estrangeiras, uma extensão de terra majoritariamente controlada por corporações transnacionais do setor agrícola e investidores institucionais, como fundos de pensão e de investimentos (GOMES, 2020). Além disso, o Estado vem investindo em infraestrutura, com a construção e melhoria de rodovias para escoamento dos grãos e a criação de corredores logísticos como a Ferrovia Norte-Sul, que liga a região do MATOPIBA ao Porto de Itaqui, em São Luís, capital do Maranhão.

Como exemplos de atores relevantes no modelo conduzido pelo agronegócio — altamente industrializado, financeirizado, mecanizado, tecnológico e voltado para as cadeias globais de produção de commodities, que concentram terras e recursos nas mãos de corporações globais, grandes proprietários de terras e investidores internacionais —, o relatório analisa a atuação de empresas de grande porte na expansão da soja no Cerrado brasileiro, como a gigante norte-americana Cargill e o banco global britânico HSBC. A Cargill, reconhecida como a maior empresa de capital fechado do mundo e uma das tradings mais tradicionais da região, desempenha um papel relevante na consolidação do agronegócio nacional e internacional, enquanto o HSBC figura entre as instituições financeiras mencionadas em campanhas da sociedade civil que demandam maior responsabilidade socioambiental no financiamento de cadeias produtivas.

Essas são empresas-chave para compreender como o financiamento bancário se liga às transformações em curso no MATOPIBA. Entre 2016 e 2022, instituições financeiras como HSBC, Bank of America, JPMorgan Chase e Citigroup destinaram, respectivamente, US\$ 12,7 bilhões, US\$ 11,4 bilhões, US\$ 11,1 bilhões e US\$ 10,3 bilhões a corporações agroindustriais como Bayer, Cargill, Archer Daniels Midland (ADM), Bunge, ChemChina

e outras. Especificamente no caso da Cargill, o HSBC concedeu, entre 2016 e junho de 2024, US\$ 37 milhões em empréstimos e serviços de subscrição relacionados às suas operações de soja no Brasil (ACTIONAID, 2023)³.

O financiamento de grandes corporações do agronegócio por instituições financeiras internacionais não se configura apenas como uma simples transação nos mercados financeiros. Esse fluxo de capital contribui para a expansão de fronteiras agrícolas que já converteram mais da metade do Cerrado em áreas de agropecuária, apoiando a continuidade de um modelo de produção que, segundo diversas organizações da sociedade civil, está associado a práticas como grilagem de terras, desmatamento em larga escala, contaminação ambiental por agrotóxicos e pressões sobre povos e comunidades tradicionais. A revisão e a interrupção do fluxo de recursos para cadeias produtivas que apresentem tais riscos são apontadas como estratégias importantes para frear os impactos socioambientais provocados pelo avanço desordenado da agroindústria.

Apesar desses impactos socioambientais cientificamente documentados, o agronegócio escapa de um escrutínio mais profundo, no Brasil e no exterior, em razão de seu capital político e econômico e da narrativa que associa o aumento populacional e da renda à pressão sobre a demanda por alimentos, expresso em slogans como “Brasil, celeiro do mundo”, criado na Era Vargas e até hoje usado para exaltar a pujança do setor que, atualmente, é o que mais gera impactos socioambientais no país, contribuindo de forma central para o agravamento da crise climática. De acordo com o Observatório do Clima, o desmatamento e a agropecuária foram responsáveis, respectivamente, por 48% e 27% das emissões brutas de gases do efeito estufa (GEE) em 2022. A interdependência entre o desmatamento e as atividades agropecuárias é evidenciada pelos dados do MapBiomas de 2023, que mostram a agropecuária como o principal vetor do desmatamento no país, responsável por mais de 97% da perda de vegetação nativa entre 2019 e 2023. No ano de 2023, o Cerrado correspondeu a 61% da área desmatada em todo o país e a Amazônia, a 25%, confirmando a centralidade do agronegócio na degradação dos principais biomas brasileiros e no comprometimento de áreas fundamentais para a regulação climática e a preservação da sociobiodiversidade.

O Cerrado, que cobre aproximadamente 25% do território brasileiro, é responsável por recarregar os aquíferos que abastecem as grandes bacias hidrográficas do país. No entanto, seu potencial para expansão agropecuária tem sido muito mais valorizado, sendo caracterizado como uma “fronteira” de expansão e muitas vezes descrito como uma área “disponível”, “vazia” ou “aberta” — termos que ignoram a presença histórica de comunidades locais e tradicionais. Dos 73 milhões de hectares do MATOPIBA, pouco mais de 15 milhões de hectares correspondem a áreas legalmente atribuídas, nas quais estão 42 unidades de conservação, 28 terras indígenas, 865 assentamentos de reforma agrária e 34 terras quilombolas. (EMBRAPA, 2015). Essas áreas, porém, representam uma fração muito pequena dos povos que habitam a região, que abriga camponeses, indígenas, quilombolas, geraizeiros, vazanteiros, sertanejos, pescadores, quebraideiras de coco babaçu, comunidades de fundo e fecho de pasto, e ribeirinhos.

Os grupos de populações originárias que habitam o MATOPIBA e outras áreas do Cerrado viram esse bioma perder 44,2% de sua cobertura vegetal, convertida para uso agropecuário. Embora o desmatamento tenha ocorrido em diferentes períodos históricos, as frentes de expansão agrícola se intensificaram a partir da década de 1970, impulsionadas por políticas de ocupação, incentivos governamentais e avanço das monoculturas. As emissões de CO₂ da região, entre janeiro de 2023 e julho de 2024, equivalem a uma vez e meia o total anual da indústria brasileira, de acordo com dados do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) de 2024.

O relatório mais recente do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) revela que 79% das emissões globais de gases de efeito estufa (GEE) vêm dos setores de energia, indústria, transporte e edificações, e 22% estão relacionados à agricultura industrial para exportação, silvicultura e uso da terra. Contradicitoriamente, desde o Acordo de Paris, assinado em dezembro de 2015, os bancos financiaram combustíveis fósseis e atividades agrícolas no Sul Global em um volume 20 vezes maior do que o financiamento climático fornecido pelos governos do Norte Global aos países mais vulneráveis (ACTIONAID, 2023).

³ Estudo realizado pela Profundo, que é uma organização independente de pesquisa com sede na Holanda, especializada em estudos orientados para a ação que promovem a sustentabilidade e a justiça social. Para mais informações, acesse: <https://profundo.nl/>



Crédito: Joana Moncau / ActionAid

COPPALJ: UMA HISTÓRIA DE LUTA E CONQUISTA DE JUSTIÇA ECONÔMICA

O município de Lago do Junco é um dos berços da mobilização das mulheres quebraqueiras de coco babaçu no estado. Desde os anos 1990, essas comunidades têm estruturado ações coletivas que resultaram na criação da Articulação das Mulheres Quebraqueiras de Coco Babaçu (1991), hoje Movimento Interestadual das Quebraqueiras de Coco Babaçu (MIQCB). Apesar da ausência de grandes empreendimentos de soja até o momento, os conflitos fundiários, o uso intensivo de agrotóxicos e o desmatamento indicam que a dinâmica de expansão do agronegócio está em estágio semelhante ao da comunidade de Alegria, no Território Campestre, em Timbiras, ameaçando o ecossistema dos babaçuais e as conquistas de décadas de resistência e organização comunitária.

Lago do Junco e os municípios vizinhos, como Esperantinópolis, abrigam cooperativas e associações que fortalecem o extrativismo sustentável do babaçu e as formas inovadoras de produção e consumo, alinhadas aos princípios da economia solidária e do comércio justo. Entre elas destacam-se a Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (COPPALJ), a Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais (AMTR), a Cooperativa de Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis (COOPAESP), o Grupo Mulheres de Santana, que atua no manejo de frutas nativas e no cultivo de abacaxi orgânico, e a Associação de Jovens Rurais (AJR), que faz artesanato com resíduos do babaçu. Essas iniciativas valorizam a cultura e promovem alternativas econômicas.

A COPPALJ, primeira cooperativa da região, fundada em 1991, marco de transformação econômica e social na região, atingiu seu objetivo primordial: romper a dependência das comunidades em relação aos atravessadores e latifundiários locais, que monopolizavam o mercado e pagavam valores irrisórios pelo babaçu. O avanço mais significativo, porém, aconteceu em 1999, quando a COPPALJ obteve a certificação de produção orgânica. Essa conquista permitiu o acesso a mercados mais exigentes, nacionais e internacionais, que valorizam práticas sustentáveis e éticas. Além de assegurar melhores preços para os produtos extrativistas (o litro do óleo passou de R\$ 7 para cerca de R\$ 20), a certificação foi crucial na consolidação da cooperativa como referência em justiça econômica e organização popular, com impacto profundo na vida de 247 sócios diretos e mais de 900 famílias que lhe fornecem babaçu.

Única cooperativa no Brasil que produz óleo de coco babaçu orgânico certificado pelo Instituto Biodinâmico (IBD), uma das principais certificadoras de produtos orgânicos no país, a COPPALJ tem rastreabilidade de 17 mil hectares, permitindo transparência na cadeia produtiva e aumentando a confiança de consumidores e parceiros. Apesar de ser prioridade para as lideranças locais por sua importância na proteção dos babaçuais



Crédito: Joana Moncau / ActionAid

e na garantia de segurança alimentar e financeira para as comunidades, a certificação orgânica da COPPALJ encontra resistência de setores ligados ao agronegócio e à política local. A expansão das práticas predatórias na região, como a extração ilegal de madeira, queimadas criminosas e as pulverizações aéreas — mesmo que ainda distantes das áreas de coleta —, representam uma ameaça crescente.

Apesar dos desafios, a cooperativa segue articulando iniciativas para conscientizar famílias, monitorar suas áreas de coleta e buscar apoio político para a aprovação de leis que proíbam práticas prejudiciais. Assim, a COPPALJ mantém a preservação da sua certificação orgânica. Enquanto o agronegócio avança, a cooperativa prova que é possível conciliar preservação ambiental, equidade social e viabilidade econômica. Seu exemplo desafia a narrativa de que a Amazônia e o Cerrado só têm valor convertidos em commodities. A crise climática exige modelos como esse, que transformam babaçuais em escudos contra o desmatamento e comunidades em guardiãs da biodiversidade.

“TEM FLORESTA EM PÉ, TEM MULHER”

Essa frase nomeia a campanha do MIQCB e parceiros para valorizar o trabalho das mulheres quilombolas, indígenas e camponesas das florestas, em particular as que vivem do extrativismo do babaçu e lutam pela preservação dos saberes, dos territórios, das sementes e das espécies alimentícias e medicinais. Essas mulheres enfrentam há décadas o avanço do agronegócio e de projetos de infraestrutura que promovem a degradação ambiental, a retirada ilegal de madeira, a destruição de palmeiras e nascentes, além da contaminação de solos, rios e do ar pelo uso intensivo de agrotóxicos. Mais recentemente, aproximam-se de seus territórios as ameaças impostas pela expansão do agronegócio globalizado. Em resposta a essas adversidades, as quebradeiras de coco babaçu têm construído uma trajetória exemplar de resistência e conquista de direitos. Além da promulgação da Lei do Babaçu Livre, que assegura o direito de acesso das quebradeiras aos babaçuais em diversos municípios do Maranhão, Tocantins, Piauí e Pará, outra conquista marcante do MIQCB é o reconhecimento e a titulação de territórios coletivos. No Piauí, duas localidades foram registradas oficialmente como “territórios coletivos de quebradeiras de coco”, com titulação em nome das associações locais, majoritariamente lideradas por mulheres, um modelo de governança coletiva que pode inspirar políticas públicas em nível nacional.



Crédito: Joana Moncau / ActionAid

ALEGRIA, O NOME DA RESISTÊNCIA

No município de Timbiras, no Maranhão, encontra-se o Território Campestre, que abriga, em seus 17 mil hectares, mais de 360 famílias há muitas gerações. Seus amplos babaçuais sustentam modos de vida tradicionais. Cultivam, para subsistência, arroz, feijão e mandioca; colhem o coco babaçu, que se transforma em produtos como o óleo, o sabão e a farinha. A origem do conflito fundiário no Campestre remonta a uma longa disputa envolvendo fazendeiros locais com vínculos ao setor rural e a escritórios notariais e registrais da região que reivindicam a titularidade das terras historicamente ocupadas pela comunidade e vêm realizando a venda de parcelas do território. Nos últimos anos, essas transações, mais frequentes, ampliaram a pressão sobre os moradores.

A origem do nome Território Campestre carrega o peso dos abusos e da exploração sofrida pela comunidade durante o período de domínio violento de uma família local de fazendeiros. Por isso, a comunidade quer alterar o nome para Território Alegria, nome que simboliza a resiliência das famílias que, apesar de expulsas ou forçadas a se mudar, se organizaram para reconquistar sua terra e afirmar sua identidade. Em Alegria se criou a primeira associação de moradores, em 2002, marcando o início da mobilização pela retomada do território. Antes da recuperação da área, as roças eram individuais e cercadas, mas o gado dos fazendeiros e políticos pastava livremente nas terras comunitárias, destruindo-as. A comunidade, então, organizou uma roça unificada, defendida de forma coletiva. Além disso, a associação tomou medidas para recuperar o controle sobre o território, como solicitar a remoção dos animais que invadiam as roças. Após dois anos de luta, os moradores conseguiram a retirada dos rebanhos.

As pressões territoriais, porém, seguem intensas e violentas, em razão de sobreposições de registros de imóveis privados com o território, que se mostra nas vendas de parcelas do território a empresários e pelo número crescente de registros e reivindicações de terceiros sobre a mesma área. Os conflitos no Território Alegria têm se agravado com o avanço de crimes ambientais e violações sistemáticas aos direitos fundamentais, especialmente com a pulverização aérea de agrotóxicos. São ataques diretos às comunidades, comprometendo a vida humana, a biodiversidade e os recursos naturais essenciais para a sobrevivência das famílias. Um caso emblemático foi a pulverização com um avião, supostamente a serviço de um dos envolvidos em compras de terras, que despejou agrotóxicos sobre casas, áreas de cultivo e fontes de água, resultando em contaminação generalizada e na perda da biodiversidade local.



Crédito: Ruy Sposati / ActionAid

Os ataques químicos vêm se repetindo há pelo menos três anos. Os agricultores familiares registraram uma perda estimada entre 50% e 70% da produção agrícola em 2024, e o veneno atinge árvores frutíferas, babaçuais e igarapés, comprometendo a segurança alimentar e o acesso à água de ao menos 120 famílias. O uso indiscriminado de agrotóxicos é uma estratégia de expulsão de comunidades tradicionais e um método de desmatamento progressivo de áreas nativas que ameaça as matas dos babaçuais. Apesar de anos de articulação e resistência, a lei que proíbe a pulverização aérea, por avião e drone, no município foi aprovada em outubro de 2024, mas a impunidade e a frouxidão na fiscalização que marcam o meio rural mantêm as comunidades sempre em alerta.

Outro desafio é o combate à retirada ilegal de madeira. Os madeireiros, frequentemente armados, encontram respaldo na fragilidade da fiscalização ambiental e na convivência das autoridades policiais da região. A resistência das comunidades envolve ações de monitoramento, interrupção de carregamentos de madeira e denúncias às autoridades competentes. Mas os riscos enfrentados pelas lideranças são elevados, com registros de ameaças e intimidações constantes.

A combinação entre a extração ilegal de madeira de lei, o desmatamento progressivo, a pulverização aérea de agrotóxicos e as disputas agrárias no Território Alegria revelam a dinâmica estrutural do deslocamento de fronteira. São as etapas iniciais de um processo de expansão que é impulsionado no MATOPIBA pelas demandas do mercado internacional. Embora não estejam diretamente envolvidas nos conflitos locais, empresas como a Cargill — com sua atuação global no processamento e comercialização de commodities agrícolas — e os bancos como o HSBC, que financiam esses empreendimentos, são atores centrais para entender as dinâmicas em curso no Maranhão.

CONCLUSÃO

O relatório **Desmatamento financiado: Quebraqueiras de Coco na Mira do Agronegócio Global** analisa os impactos do controle das terras no Brasil, especialmente no MATOPIBA, por grandes corporações agrícolas e bancos globais, e como essas dinâmicas geram transformações econômicas, socioambientais e políticas que afetam profundamente as populações tradicionais. A expansão da fronteira agrícola, incentivada pelo Estado, resulta em concentração fundiária, perda de autonomia territorial e agrava os impactos ambientais, como o desmatamento e as mudanças climáticas. Essas transformações desestruturaram alternativas econômicas sustentáveis lideradas por comunidades como as quebraqueiras de coco babaçu.

A ActionAid defende um modelo que valorize as práticas de vida das comunidades que preservam a natureza e lutam pela justiça climática, racial e social. A organização questiona a sustentabilidade do modelo agrícola atual, onde grandes corporações utilizam discursos “verdes” para legitimar práticas de exploração indiscriminada da terra. Para a ActionAid, a verdadeira justiça climática e social está em colocar as pessoas, suas terras e seus direitos acima do lucro. Assim, a partir do relatório, a campanha Fund Our Future busca inspirar ações e debates que conduzam a uma mudança de modelo, em direção a um desenvolvimento mais sustentável e equitativo para todas as pessoas.

CONHEÇA NOSSAS RECOMENDAÇÕES:

1. Reavaliação do financiamento a empresas que exercem práticas contrárias à sustentabilidade e à justiça social:

Instituições financeiras devem revisar os critérios de financiamento, condicionando futuros investimentos à adoção de práticas agrícolas sustentáveis e socialmente responsáveis. É essencial interromper o apoio a modelos que promovem desmatamento, violações de direitos humanos e a marginalização de comunidades tradicionais.

2. Promoção de alternativas sustentáveis: Agroecologia

A agroecologia deve ser amplamente incentivada como alternativa ao modelo de monocultura intensiva. Além de proteger a biodiversidade, promove resiliência climática e uma integração harmônica com os modos de vida das comunidades tradicionais, contribuindo para um modelo agrícola inclusivo e sustentável.

3. Proteção dos modos de vida e territórios das comunidades tradicionais:

É imprescindível que políticas públicas garantam a continuidade das práticas, técnicas e saberes tradicionais que sustentam a conservação do Cerrado, com toda a sua diversidade, e a sustentabilidade das comunidades. O fortalecimento de territórios livres de monoculturas deve ser prioridade.

4. Fortalecimento de legislações e criação de áreas livres de agrotóxicos:

Dada a crescente preocupação com os impactos do uso de agrotóxicos na saúde e no meio ambiente, é urgente fortalecer legislações para proibir, regulamentar e limitar o uso dessas substâncias em todo o Brasil. É recomendável, inclusive, a criação de políticas voltadas ao desenvolvimento de áreas livres de contaminantes químicos. A criação de políticas públicas rigorosas e a fiscalização eficaz são essenciais para proteger comunidades tradicionais, mananciais hídricos e ecossistemas.

5. Fortalecimento da economia do coco babaçu e protagonismo das quebraqueiras de coco:

O protagonismo das mulheres quebraqueiras de coco babaçu deve ser promovido por meio de incentivos e políticas públicas que fortaleçam e ampliem a economia do babaçu. Investimentos em infraestrutura, capacitação e logística são fundamentais para impulsionar uma cadeia produtiva sustentável, agregando valor aos produtos e respeitando o meio ambiente.

6. Garantia de direitos e regularização fundiária:

O acesso livre e seguro às florestas de babaçu (os babaçuais) deve ser protegido. A regularização fundiária de territórios extrativistas é uma medida urgente para impedir a expansão das monoculturas, do controle direto e indireto dos territórios e preservar os direitos econômicos, culturais e ambientais – além da soberania territorial – das quebraqueiras de coco babaçu conforme previsto em artigos 6º, 186º e 225º da Constituição Federal de 1988 e na Convenção 169 da OIT.

7. Fiscalização ambiental efetiva e responsabilização de infratores:

É fundamental fortalecer as ações de fiscalização por parte dos órgãos ambientais, garantindo a responsabilização e punição de empresas e indivíduos que pratiquem crimes ambientais. A atuação rigorosa do poder público é essencial para conter o avanço da degradação ambiental, proteger os territórios tradicionais e assegurar o cumprimento da legislação vigente.

8. Reversão das pressões territoriais que geram fome e fortalecimento do direito humano à alimentação:

É urgente reverter as pressões territoriais que ameaçam a segurança alimentar das comunidades locais, agravando situações de fome e violação de direitos. O Brasil, como signatário de tratados internacionais que reconhecem o direito humano à alimentação adequada e como detentor de legislação específica sobre o tema, deve reforçar a implementação dessas garantias. Para isso, recomenda-se o fortalecimento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) em seu papel de promoção da segurança alimentar e nutricional, assegurando políticas públicas que priorizem a soberania alimentar dos povos e comunidades tradicionais.

ACTIONAID.ORG.BR/FUNDOURFUTURE

Créditos

©2025 ActionAid Brasil

Edição e Revisão Textual

Ciça Guedes - Agência #Colabora

Revisão Jurídica

Assis e Mendes Advogados

Produção Editorial

Glauce Arzua

Ana Carolina Morett

Projeto Gráfico

Estúdio Massa

Fotografias

Joana Moncau

Ruy Sposati

2025

ActionAid Brasil

Rua da Glória 344, sala 301 – Glória
Rio de Janeiro | RJ | CEP: 20241-180

www.actionaid.org.br

